

## Uma educação para a paz<sup>1</sup>

Cardeal Giuseppe Versaldi<sup>2</sup>

Agradeço vivamente pelo convite para participar, ainda que a distância, da celebração do 80º aniversário da fundação desta benemérita Universidade Católica de Campinas, que tive a alegria de visitar. Saúdo cordialmente todas as autoridades acadêmicas, os docentes, os estudantes e todos os funcionários, agradecendo-lhes também pelo empenho profuso nestes anos. O tema atribuído a mim é particularmente estimulante e espero contribuir com sua reflexão. Santo Agostinho definia a paz “*tranquillitas ordinis*” (*De Civitate Dei*, 19,13), referindo-se àquela boa ordem original, inscrita por Deus na criação e confiada ao cuidado do homem enquanto “viu o quanto havia feito, e eis que era algo muito bom” (Gn 1, 31).

Bem sabemos como esta paz em toda a criação foi rapidamente perturbada, devido ao pecado das origens da história da humanidade, com a conseqüente desordem, bem dramaticamente representada pelo assassinato de Abel pelo seu irmão Caim. A partir de então, a paz não foi mais um produto natural da alma humana, enquanto no coração do homem o pecado deixou uma divisão, introduzindo, juntamente à original tendência ao bem, também os impulsos para o mal de todo gênero, entre eles o ódio, a violência, as guerras, a injustiça etc., que marcaram a história da humanidade até os nossos dias. Deus, que não abandonou o homem ao seu pecado, mas rapidamente implementou um plano de redenção (Gn 3, 15), não deixou nunca de chamar de volta a criatura humana ao seu plano de amor e de paz, e, para implementá-lo, enviou o seu Filho unigênito ao mundo para realizar com as palavras e com as obras a restauração da paz com Deus e entre as criaturas até o sacrifício da Cruz, com o qual venceu os poderes do mal, comunicando aos seus discípulos a mesma vitória. Contudo, como sabemos, este dom da redenção é oferecido à liberdade do homem, que permanece exposto à tentação do mal, que tem, ainda, o poder de perturbar a paz trazida por Cristo. Por isso, a História nos ensina que nunca no mundo se estabeleceu uma paz universal e duradoura, também entre os cristãos.

Podemos, assim, dizer que, como ninguém nasce cristão, assim também não se nasce homens de paz, mas pode-se tornar um através da adesão a Cristo, que comporta a luta contra o mal e a conversão ao bem, segundo o convite com o qual Jesus iniciou o anúncio da Boa Notícia “*Convertei-vos e credes no Evangelho*” (Mc 1, 15). A Igreja, à qual foi confiada a missão do anúncio do Evangelho e do testemunho da caridade, nunca deixou, especialmente nos últimos tempos, de chamar de volta os homens ao dever de construir também sobre a terra aquela paz quista pelo Criador, que “não é a simples ausência de guerra e não pode reduzir-se ao equilíbrio das forças contrastantes”, porque “a paz não pode ser obtida sobre a terra sem a tutela dos bens

<sup>1</sup> Texto apresentado no Webinário “A valorização da vida e construção da paz” organizado pelo Núcleo de Fé e Cultura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, ocorrido em 04 de outubro de 2021.

<sup>2</sup> Prefeito da Congregação para a Educação Católica. Vaticano.

das pessoas, a livre comunicação entre os seres humanos, o respeito da dignidade da pessoa e dos povos e a assídua prática da fraternidade. É a ‘tranquilidade da ordem’. É fruto da justiça e efeito da caridade” (Catecismo da Igreja Católica, 2304). Na magistral Carta Encíclica *Pacem in terris*, São João XXIII convocou todos os homens de boa vontade para realizar na terra a paz como “anseio profundo dos seres humanos de todos os tempos”, na medida em que corresponde à ordem estabelecida por Deus (n.1). Mas, ao mesmo tempo, enfatizava naquele distante 1963 o “gritante contraste” constituído pela “desordem que reina entre os seres humanos e entre os povos, de modo que suas relações não possam ser reguladas senão por meio da força” (n.3).

Com efeito, o Concílio Vaticano II afirmou de modo autoral que “a paz nunca se alcança numa vez para sempre, mas deve ser constantemente edificada”. Não somente, mas “porque a vontade humana é volúvel e ferida pelo pecado, a conquista da paz exige o constante domínio das paixões de cada um e a vigilância da legítima autoridade” (*Gaudium et Spes*, 78). E exortava a uma “renovada educação das mentalidades e de uma nova orientação da opinião pública”, apelando-se, particularmente, a “aqueles que se dedicam à atividade educadora, especialmente da juventude, e aqueles que contribuem para a formação da opinião pública”, para que “considerem seu sério dever de inculcar nas almas todos os sentimentos novos, inspiradores de paz” (*ibid.* 82).

### **Necessidade da educação para a paz**

Como se sabe, Papa Francisco, em uma mensagem de 12 de setembro de 2019, deixou a proposta de um Pacto Educativo Global, como instrumento para enfrentar, conjuntamente, os desafios que interpelam os homens de nosso tempo e as instituições que os governam. Referindo-se à sua Encíclica *Laudato si*, o Papa afirmava que, para realizar uma verdadeira mudança das atuais situações críticas que ameaçam a humanidade (entre as quais as situações de crescente desigualdade, que ameaçam a pacífica convivência entre os povos), há a necessidade “de um caminho educativo para amadurecer uma nova solidariedade universal e uma sociedade mais acolhedora”. O mesmo conceito foi reafirmado na vídeo mensagem em ocasião do encontro organizado pela Congregação para a Educação Católica junto da Pontifícia Universidade Lateranense, em 15 de outubro de 2020, quando afirmou a necessidade de criar um novo modelo cultural, baseado em um desenvolvimento que “respeita e tutela a dignidade da pessoa humana... cuidando da nossa casa comum e protegendo a paz”. Com grande intuição, acrescentava que, para fazer aquilo, “não bastam receitas simplistas nem os otimismo vãos. Conhecemos o poder transformador da educação: educar é apostar e dar ao presente a esperança que rompe os determinismos com os quais o egoísmo do forte, o conformismo do fraco e a ideologia do utopista querem impor-se, tantas vezes, como único caminho possível”. E ainda, “a educação propõe-se como o antídoto natural para a cultura individualista, que, por vezes, degenera em verdadeiro e próprio culto do eu e no primado da indiferença. Em consequência, “há a necessidade de uma renovada temporada de compromisso educativo, que envolve todos os componentes da sociedade”. Trata-se, portanto, da parte de todos os educadores (iniciando, obviamente, pelos pais) de ter consciência da realidade, começando por considerar os obstáculos que impedem a criação nos jovens da cultura da paz, obstáculos que provêm seja do interior do coração humano, seja do exterior e uma sociedade injusta.

## Obstáculos Internos

As ciências psicológicas modernas ilustram bem qual é o processo de desenvolvimento da criança, marcado pelas etapas de crescimento, mas também por obstáculos que podem retardar o progresso, ou, até mesmo, impedi-lo. Da dificuldade de formar a própria identidade autônoma ao risco de construir um 'eu' grandioso, em torno do qual se quer fazer girar o mundo, afundando em um narcisismo que impede o estabelecimento de relações sociais mútuas e igualitárias. Se isso acontecer, como costuma acontecer, já no âmbito familiar, é difícil que, entrando no âmbito mais abrangente da vida social, tal sujeito possa se tornar instrumento de convivência pacífica. É somente um exemplo da complexidade do desenvolvimento humano, que pode encontrar obstáculos diversos, em conformidade com as circunstâncias mais ou menos favoráveis em que cresce. Para demonstrar esta dificuldade intrínseca da natureza humana e alcançar a sua maturidade, basta citar os resultados obtidos da pesquisa de autores no campo do desenvolvimento humano relacionados ao desenvolvimento moral, isto é, o sistema de valores que cada um toma como critério para as suas decisões. Limito-me aqui a citar um dos mais importantes teóricos e pesquisadores nesse campo: trata-se de Lawrence Kohlberg, o qual formulou a sua teoria dos estados de desenvolvimento moral e, depois, conduziu uma ampla pesquisa sobre populações (no caso específico, sobretudo nos EUA) para verificar a confiabilidade e comprobabilidade estatística. Brevemente, ele distingue três estados principais (por sua vez, subdivididos em duas subordinantes) sobre os quais colocar a qualidade do desenvolvimento moral (isto é, do modo como as pessoas raciocinam ao tomar as suas decisões): 1. Nível pré-convencional, que compreende aqueles que tomam as suas decisões exclusivamente com os critérios de seu interesse individual e veem nas normas sociais algo de externo e imposto aos outros; 2. Nível convencional: colocam-se as pessoas que adotam as normas e as expectativas da sociedade como próprias e fazem delas um absoluto ao qual obedecem com lealdade, independentemente do critério objetivo de bem/mal; 3. Nível pós-convencional: é aquele do qual participam aqueles sujeitos que tomam como critério de sua escolha princípios de consciência pessoal, independentemente do próprio interesse individual ou das convenções sociais, que também aceitam, mas não como critério absoluto (cf. L. Kohlberg, *Stages of Moral Development as a Basis for Moral Education, in Moral Education: Interdisciplinary Approches*, New York, Newman Press). No final de sua pesquisa em amostras representativas da população, ele chegou à seguinte convicção, apoiada por resultados estatísticos fundados sobre suas definições de estado de desenvolvimento moral: o nível moral pré-convencional (aquele do critério utilitarista individual) é o nível da maior parte das crianças menores dos 10 anos, de alguns adolescentes e muitos infratores adolescentes e adultos; o nível convencional (aquele do conformismo social) é o nível em que se encontra a maior parte dos adolescentes e adultos da sociedade dos EUA e de outras sociedades; o nível pós-convencional (aquele dos valores objetivos e universais) é atingido por uma minoria de adultos somente depois da idade de 20-25 anos. Como se vê desses dados, apesar da idade cronológica e da aparente capacidade intelectual e dos progressos científicos, muitos são os obstáculos do ponto de vista psicológico para amadurecer uma consciência moral adulta, no sentido de agir de acordo com os critérios do nível pós-convencional, enquanto são fortes os impulsos (ainda que não conscientes) para agir no modo utilitarista e conformista também na população adulta!

## Obstáculos Externos

Outros obstáculos vêm de fora dos sujeitos, isto é, do ambiente em que vivem, e podem, por sua vez, condicionar a maturidade moral das pessoas e, em consequência, a paz no mundo. Limito-me aqui a citar a análise que o Papa Francisco faz da situação do mundo atual na sua Encíclica *Evangelii Gaudium*, quando menciona “alguns desafios do mundo atual” (nn. 52 ss). Depois de ter mencionado que “a humanidade vive neste momento uma virada histórica”, ele afirma que “não podemos esquecer que a maior parte dos homens e das mulheres do nosso tempo vive uma precariedade quotidiana, com consequências funestas” (n. 52). Passa, então, a elencar as principais causas desta situação de precariedade que ameaça a pacífica convivência entre os povos. A começar daquela que se denomina “uma economia da exclusão e da iniquidade”, que faz com que “grandes massas da população se vejam excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectiva, sem caminho de saída” e o ser humano é considerado “um bem de consumo” (n. 53). Por sua vez, esta economia é fruto da “idolatria do dinheiro”: aceita-se pacificamente o predomínio do dinheiro sobre nós e sobre nossa sociedade. Trata-se de uma “crise antropológica” que substituiu a adoração do antigo bezerro de ouro pelo “fetichismo do dinheiro” e pela “ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano” (n. 55). Por trás dessa atitude, segundo Papa Francisco, “se esconde a rejeição da ética e a rejeição de Deus”, enquanto se relativiza a força absoluta do dinheiro e do poder econômico dos mais fortes. Uma ética, fundada sobre um projeto divino, ao contrário, “permite criar um equilíbrio e uma ordem social mais humana” (n. 57), na qual “o dinheiro deve servir e não governar” (n. 58). O Papa relaciona, então, tais situações de iniquidade com o surgimento da violência, na medida em que “até que não se eliminem a exclusão e a iniquidade na sociedade e entre os diversos povos, será impossível erradicar a violência” (n. 59). Uma violência que, segundo o Papa, “a corrida armamentista não resolve e nunca resolverá”, na medida em que “as armas e as repressões violentas, ao invés de solucionar, criam novos e piores conflitos” (n.60). Papa Francisco, então, menciona alguns desafios culturais dos nossos tempos, que devem ser enfrentados se se quiser construir uma sociedade mais justa e pacífica. De fato, não faltam os ataques diretos à liberdade religiosa, mas, frequentemente, trata-se muito mais de uma “difusa indiferença relativista”, tendo como consequência a dificuldade de “os cidadão desejarem participar de um projeto comum, que vá além dos interesses e desejos pessoais” (n. 61). O mesmo processo de globalização, favorecido pelo enorme desenvolvimento da comunicação, “comportou um acelerado deterioramento das raízes culturais, com a invasão de tendências pertencentes a outras culturas, economicamente desenvolvidas, mas eticamente enfraquecidas” (n. 62). Assim, também é uma ameaça à convivência pacífica “a proliferação de novos movimentos religiosos, alguns tendentes ao fundamentalismo e outros que parecem propor uma espiritualidade sem Deus” (n. 63). A própria Igreja é ameaçada por um secularismo que “tende a reduzir a fé e a Igreja ao âmbito privado e íntimo”, com consequente relativismo moral, que nega valores objetivos às normas éticas (n. 64). O Papa não deixa de enfatizar a crise que atravessa a família, com o enfraquecimento dos laços afetivos e sociais, em que “o matrimônio tende a ser visto como uma esfera de gratificação afetiva, que pode constituir-se de qualquer modo e modificar-se segundo a sensibilidade de cada um” (n. 66). Enfim, o Papa menciona o grave fenômeno da crescente urbanização das grandes massas, com o problema da criação de uma nova cultura, que põe a duras provas os novos cidadãos, pondo em crise suas próprias raízes culturais e religiosas (n. 73). Ao final de sua análise, Papa Francisco faz uma afirmação que dá o

verdadeiro significado às suas palavras e que devemos sempre, também nós, termos presente: “Os desafios existem para serem superados. Sejam realistas, mas sem perder a alegria, a audácia e a dedicação plena de esperança! Não deixemos que nos roubem a força missionária” (n. 109).

## Como Educar?

Como se sabe, educar não significa transmitir algo de externo ao sujeito, mas acompanhá-lo para “trazer para fora” (*e-dicere*) de si tudo aquilo que, no âmbito cognitivo, afirmativo e moral, lhe é necessário para alcançar aquela maturidade, que permite que ele dê a si mesmo um sistema de vida adequado, em nível pessoal e social, de modo a poder, livremente, colaborar para a construção de um ambiente no qual reine a justiça, a solidariedade e a paz. As ciências psicológicas e pedagógicas ajudam certamente a esclarecer os modos adequados para uma sã e respeitosa educação, baseada precisamente em uma relação cuidadosa para promover o amadurecimento do interior da pessoa, respeitando o seu tempo e modo, correspondentes às situações individuais. A mesma teoria psicanalítica passou a considerar como motor do processo de desenvolvimento humano as relações interpessoais, que cada sujeito estabelece de modo positivo e negativo, a partir do início da vida humana, (cf. Otto Kernberg, *Teoria della relazione oggettuale e clinica psicoanalitica*, Boringhieri, Torino, 1980). Isso indica a importância determinante que a ação pedagógica constitui na educação em geral e na educação para a paz em particular. Dois são os elementos para se ter em consideração: o sistema de valores, que permite a construção da paz na sociedade humana (por assim dizer, o conteúdo do processo educativo), e a abordagem que o educador estabelece com o sujeito que acompanha neste processo de crescimento (o método ou estilo educativo). Poderíamos, de modo figurado, representar este quadro de referências como uma meta (os valores) e o caminho para alcançá-la (o estilo), conjuntamente necessários e conexos.

## Os Valores

No que se refere aos conteúdos, isto é, aos valores implicados no conceito de paz, limito-me aqui a fazer referência àquilo que escreveu São João XXIII na *Pacem in Terris*, referindo-se à dignidade de toda pessoa humana com os seus direitos e deveres. E concluía que a convivência entre os seres humanos é correspondente à dignidade deles fundada na verdade, na justiça, no amor e na liberdade (n. 18). Papa Francisco, em sua mensagem para a celebração da LIV Jornada Mundial pela Paz, resume todos esses valores em uma expressão tanto sintética quanto eficaz: para obter a paz é necessária a cultura do cuidado. Ele, referindo-se ao modelo de Deus Criador e ao exemplo de Jesus, indica na história da Igreja, desde as suas origens, e na doutrina social as bases da cultura do cuidado como antídoto à cultura da indiferença, do descarte e do desencontro. E resume tudo isso em alguns conceitos fundamentais, que constituem a “gramática” do cuidado: o cuidado como promoção da dignidade e dos direitos de cada pessoa, na medida em que “cada pessoa é um fim em si mesma, nunca simplesmente um instrumento para ser apreciado apenas por sua utilidade”; o cuidado com o bem comum, ou seja, “do conjunto daquelas condições da vida social que permitem seja à coletividade seja aos membros individualmente alcançar a própria perfeição mais plenamente e mais rapidamente”; o cuidado, mediante a solidariedade, que “auxilia-nos a ver o outro – seja como pessoa, seja, em sentido amplo, como povo ou nação – não

como um dado estatístico, ou um meio para explorar e, depois, descartar quando não é mais útil, mas como nosso próximo, companheiro de caminho, chamado a participar, ao nosso lado, do banquete da vida ao qual todos são igualmente convidados por Deus”; o cuidado e a salvaguarda da criação: paz, justiça e salvaguarda da criação são três questões absolutamente conexas, que não podem ser separadas, de modo a serem tratadas singularmente, sob pena de recair novamente no reducionismo”. Como se vê nesta mensagem, o Papa se refere indiretamente à Encíclica *Laudato si* e, sobretudo, à *Fratelli tutti*, que tornam-se, assim, ponto de referência aos conteúdos de toda ação educativa para a paz. E aqui não posso ignorar um aspecto que acredito ser determinante na construção da fraternidade universal, que é condição para uma verdadeira e duradoura paz. Refiro-me a quando o Papa Francisco menciona, no capítulo oitavo, da *Fratelli tutti*, a contribuição das religiões ao serviço da fraternidade no mundo. Por ser a Encíclica voltada a todos os homens, precisamente no último capítulo, Papa Francisco não pode silenciar o enorme valor que a dimensão religiosa traz à construção de uma fraternidade entre todos os homens, isto é, a fé em Deus transcendente, como Pai de toda a humanidade. E fá-lo citando os seus dois Predecessores: Papa Bento XVI, quando afirmou que “a razão, por si só, é capaz de compreender a igualdade entre os homens e de estabelecer uma convivência cívica entre eles, mas não consegue fundar a fraternidade” (*Caritas in Veritate*); e São João Paulo II, quando afirmou que “se não existe uma verdade transcendente, à qual obedecendo o homem conquista sua plena identidade, então, não existe nenhum princípio seguro que garanta relações justas entre os homens” (*Centesimus Annus*). E, de sua parte, Papa Francisco acrescenta que “não é aceitável que, no debate público, tenham voz somente os poderosos e os cientistas. Deve haver espaço para uma reflexão que proceda de uma perspectiva religiosa, que reúne séculos de experiência e de sabedoria” (n. 275). Segue-se a plena legitimidade (na verdade, a oportunidade) na educação para a paz da contribuição da religião e, em particular, da Igreja, segundo a histórica tradição de sua melhor doutrina social e das obras de misericórdia, que fizeram toda a humanidade progredir. Não menos importante é o estilo educacional que se assume no acompanhamento pedagógico para a paz. Deve-se lembrar, de imediato, que, como evidenciado mais acima, não se trata de impor, de fora, o valor da paz (com os seus conexas), visto que (além da ineficácia do processo) na alma humana o desejo da paz é inato, ainda que obscuro pelos obstáculos internos e externos mencionados mais acima. Educar significa não só acompanhar o sujeito e reconhecer este valor, mas também identificar os obstáculos que minam-no. E aqui está em jogo a capacidade do educador, que, por sua vez, é exposto ao risco de falhar em sua tarefa, não obstante suas boas intenções. Se os obstáculos externos podem ser mais comuns e mais facilmente reconhecíveis, o discurso é diferente no que se refere aos obstáculos internos, sendo essencialmente subjetivos e mais difíceis de reconhecer, mesmo porque, como a psicologia moderna afirma, geralmente são também desconhecidos pelo próprio sujeito. Benefício-me aqui da contribuição de um autor particularmente especialista no desenvolvimento humano, em todas as suas dimensões: P. Franco Imoda, que escreveu um interessante e rico volume, intitulado *Desenvolvimento humano. Psicologia e Mistério* (Edizioni Piemme, Casale M. 1993). Como se deduz do próprio título do livro, valendo-se da contribuição científica da psicologia, o autor está longe de absolutizar este instrumento como meio de conhecimento sobre a pessoa, que permanece sempre um mistério a ser abordado com discrição e humildade. Ele afirma que “se o mistério do homem é realmente tal, este não poderá ser tratado, em particular no que se refere a uma intervenção pedagógica, exclusivamente sob um plano de um discurso universalizante, seja esse filosófico, teológico ou científico. Se o homem é mistério, aproximar-se dele comporta, para

além de uma atitude de admiração e conhecimento, também uma atitude de respeito da liberdade e das escolhas realizadas pelas pessoas e, em particular, a consideração pela área afetiva” (p. 40). Daqui segue a necessidade de que o educador esteja disposto a aplicar a si próprio o que quer dar ao outro: “O trabalho educacional é algo a que todos são chamados não apenas no confronto com os outros, como os companheiros do mesmo caminho, mas também no confronto consigo mesmo” (p. 41). Esta atenção ao educador é ainda mais importante se se consideram os riscos reais aos quais é exposto no estilo de realizar o acompanhamento do sujeito do qual ele cuida. De fato, P. Imoda reconhece pelo menos três estilos diferentes que são assumidos (mesmo inconscientemente) e que condicionam fortemente o processo educacional. Ele descreve um primeiro estilo, denominado *pedagogia subjetiva*, significando um modo de intervenção por parte do educador que se limita a oferecer respostas às perguntas do sujeito, encorajando-o nas escolhas que ele faz: “neste caso, a resposta aceita a formulação da pergunta e se adapta a ela, fazendo coincidir o máximo possível a oferta à pergunta, um pouco como quando procura-se corresponder o produto aos desejos do consumidor”. O pressuposto de tal estilo educacional, que se pode definir também como suporte ou apoio, é a confiança otimista de que a necessidade expressa do sujeito seja adequada à sua autorrealização então ajudá-lo a encontrar satisfação coincide com o bem e com o amadurecimento da pessoa: “Ajudar a pessoa fornecendo a satisfação procurada corresponde – neste esquema – a uma pedagogia de tipo expressiva, que crê, pelo menos no que diz respeito à intervenção concreta, na importância e no valor de tal satisfação da necessidade para o desenvolvimento do sujeito” (p. 123). Um outro estilo educacional é chamado *pedagogia objetiva*, que é o oposto do anterior e consiste em considerar a pergunta do sujeito somente no que se refere ao ideal a ser alcançado: “Tendo estabelecido o ponto de chegada, o ideal pelo qual se empenhar, e também a resposta, são, então, identificados e formulados a pergunta e o problema que o sujeito deve colocar-se para alcançar aquele ideal”. Como se vê, neste estilo, prevalece a objetividade dos valores a serem alcançados, enquanto o sujeito deve simplesmente adaptar-se e deixar de lado tudo aquilo que nele se opõe: “É unicamente em relação à resposta que a pergunta pode ser posta; a pergunta tem sentido e é legítima somente à luz da resposta dada e em referência a ela” (p. 124). É evidente que este estilo moralista conduz facilmente o sujeito a reprimir tudo aquilo que por si só causa dificuldades ou se opõe aos valores proclamados, na medida em que o seu educador o convidará a não considerá-los enquanto não consistentes com a meta a ser alcançada: trata-se de uma pedagogia que privilegia a observância de normas objetivas às quais o sujeito deve obedecer, adaptando-se ao caminho indicado pelo educador. Enfim, descreve-se uma pedagogia como *interpretação* baseada em uma relação do sujeito com o educador, na qual as questões não são simplesmente respondidas nem negligenciadas, mas precisamente interpretadas nos vários significados possíveis, para dar uma resposta adequada, seja à necessidade do sujeito, seja à realização dos valores proclamados: “A pedagogia entendida desta forma não é apenas a resposta a uma pergunta, mas é a hermenêutica de uma, ao contrário, de toda pergunta. É o tipo de intervenção que reconhece a complexidade dos níveis em que as questões e respostas se põem ao interior da tensão própria da mente e do coração humano”. Deste modo, o sujeito se sente aceito como pessoa singular com as suas características próprias e exclusivas (positivas e negativas), sem, porém, obter imediatamente a resposta de suas questões (pedagogia subjetiva), mas nem menos sem se sentir obrigado a negligenciar as dificuldades e problemas que sente na busca dos seus valores, em nome de normas objetivas, ainda que válidas, mas insuficientes para fazer amadurecer a pessoa (pedagogia objetiva). Em uma relação de confiança com o seu educador, o

sujeito pode, assim, abrir-se para um melhor conhecimento de si através de um discernimento do próprio mundo interior, geralmente complexo, mediante o auxílio de uma pessoa competente e digna de confiança. P. Imoda conclui esta exposição afirmando: “A pedagogia não é, portanto, a resposta imediata a uma questão imediata, mas se oferece como intervenção que, através da interpretação de uma variedade de questões, não apenas não ignora aquelas mais imediatas, mas também evoca e faz surgir questões que mais adequadamente correspondem à realidade antropológica da pessoa” (p. 125). Como se depreende dessas poucas referências, educar é uma arte difícil onde quer que se pratique (família, escola, associações, etc.), ainda que muito necessária. A esta, faz-se necessário dedicar o máximo cuidado: não basta o bom senso, mas precisa utilizar todos os instrumentos para uma formação dos educadores, especialmente no nível escolar de cada série. Ainda mais quando se trata de educar para a paz, que é um valor que pressupõe tantos outros valores, como tentou-se ilustrar mais acima. E junto aos instrumentos de formação é necessário uma aliança entre as diversas pessoas e instituições que tomam conta da educação dos jovens.

### Pacto Educativo Global

Concluo este meu discurso, nesta auspiciosa celebração do 80º aniversário de fundação desta Pontifícia Universidade Católica de Campinas, novamente referindo-me à iniciativa promovida pelo Papa Francisco, o Pacto Educativo Global, com o qual, precisamente, ele quis convocar todo o mundo à importância da educação como instrumento de transformação e progresso que favorece a convivência pacífica entre os povos. O tema da paz certamente se enquadra neste pacto, pois invoca todos os sujeitos empenhados na educação para uma aliança na qual convergem diferentes forças e instrumentos, o que já significa fazer uma reconstrução da fraternidade em oposição à ruptura da solidariedade entre os povos. Papa Francisco, em sua Mensagem de lançamento do Pacto Educativo, utiliza-se da imagem da “aldeia da educação”, onde “na diversidade compartilhamos o compromisso de gerar uma rede de relações humanas e abertas”. E acrescentou que “a terra deve primeiro ser limpa da discriminação, com a emissão da fraternidade”. Nesta aldeia se pode encontrar “a convergência global por uma ‘educação que saiba fazer-se portadora de uma aliança entre todos os componentes da pessoa: entre o estudo e a vida; entre as gerações; entre os docentes, os estudantes, as famílias e a sociedade civil, com as suas expressões intelectuais, científicas, artísticas, esportivas, políticas, empreendedoras e solidárias ... Uma aliança geradora de paz, justiça e acolhida entre todos os povos da família humana, bem como o diálogo entre as religiões”. A Congregação para a Educação Católica, à qual o Papa confiou a organização desta iniciativa, ainda que em meio às dificuldades derivadas da emergência da pandemia da covid-19, está levando adiante um programa que se expandiu ao longo do tempo, permitindo uma difusão e processamento ainda maiores dos conteúdos. Foi, assim, preparado um *Instrumentum Laboris* como instrumento à disposição de todos aqueles que queiram aderir à iniciativa, cujo evento final ainda está para ser definido com base nos desenvolvimentos da emergência sanitária. Não posso nem sintetizar o seu conteúdo. Limito-me a retomar um ponto que interessa particularmente à finalidade de uma Universidade Católica. Retomando as palavras do Papa Francisco, no capítulo sobre a missão, o *Instrumentum Laboris* dedica um lembrete à necessidade de se oferecerem à educação as melhores energias de hoje: “Segundo o Papa Francisco, o segundo passo para um

novo pacto formativo consiste em ter a força, como comunidade (eclesial, social, associativa, política), em oferecer à educação as melhores energias que existem à disposição”. Hoje, recorda o documento, as melhores forças mais criativas e propositivas são postas a serviço da produção e do mercado, ao contrário “ocorre a coragem de uma verdadeira e radical inversão de rota: o investimento, dada a situação apresentada, é exigido com a máxima urgência, porque é somente através da educação que se pode, realisticamente, esperar por uma mudança positiva em um planejamento de longo prazo. O que será deve ter o melhor daquilo que há. Quem será tem o direito ao melhor de quem hoje é”. Como não ver nestas palavras uma referência à finalidade da Universidade Católica? Desde a sua Carta Constituinte, a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*, às Universidades Católicas é confiada a tarefa de formar homens e mulheres capazes de “unificar existencialmente no trabalho intelectual duas ordens de realidade, que, muitas vezes, tendem a se opor como se fossem antitéticas: a busca pela verdade e a certeza de conhecer já a fonte da verdade” (n. 1). Assim fazendo, as Universidades Católicas são capazes de colocar-se a serviço não apenas da Igreja para aprofundar o conhecimento da verdade, mas também da sociedade inteira, colocando-se em diálogo intercultural e inter-religioso”: “As suas atividades de pesquisa incluem o estudo dos graves problemas contemporâneos, tais como a dignidade da vida humana, a promoção da justiça por todos, a qualidade da vida pessoal e familiar, a proteção da natureza, a busca pela paz e da estabilidade política, a partilha mais justa dos recursos do mundo e um novo ordenamento econômico e político, que sirva melhor à comunidade humana a nível nacional e internacional” (n. 31). Como se nota, trinta anos depois, há uma continuidade evidente do Magistério Pontifício, apesar da diversidade dos tempos e dos pontífices! Meu convite e desejo final é que, segundo a sua gloriosa tradição, esta Pontifícia Universidade participe da iniciativa do Pacto Educativo Global, promovida pelo Papa Francisco, de modo a reforçar e atualizar o que já está fazendo para a formação das gerações de jovens, capazes de inserir-se em suas sociedades para favorecer o verdadeiro progresso na justiça e na paz.

## Una Educazione Per La Pace

Giuseppe Card. Versaldi

Ringrazio vivamente per l'invito a partecipare, seppure a distanza, alla celebrazione dell'80° anniversario della fondazione di codesta benemerita Università Cattolica di Campinas, che ho avuto la gioia di visitare. Saluto cordialmente tutte le Autorità accademiche, i docenti, gli studenti e tutto il personale impiegato, ringraziandoli anche per l'impegno profuso in tutti questi anni. Il tema assegnatomi è particolarmente stimolante e spero di contribuire alla vostra riflessione. S. Agostino definiva la pace "*tranquillitas ordinis*" (*De Civitate Dei*, 19,13) riferendosi al quel buon ordine originale iscritto da Dio nella creazione e affidata alla cura dell'uomo in quanto "vide quanto aveva fatto, ed ecco, era cosa molto buona" (Gen 1, 31). Ben sappiamo come questa pace in tutto il creato sia stata subito sconvolta a causa del peccato all'origine della storia dell'umanità con il conseguente disordine ben drammaticamente rappresentato dall'uccisione di Abele da parte del fratello Caino. Da allora, la pace non è più stata un prodotto naturale dell'animo ma in quanto nel cuore dell'uomo il peccato ha lasciato una divisione introducendo, insieme alle originali tendenza al bene, anche le spinte al male di ogni genere, tra cui l'odio, la violenza, le guerre, le ingiustizie, ecc. che hanno segnato la storia dell'umanità fino ai nostri giorni. Dio, che non ha abbandonato l'uomo al suo peccato, ma ha subito avviato un piano di redenzione (Gen 3, 15), non ha mai mancato di richiamare la creatura umana al suo piano di amore e di pace e per attuarlo ha inviato il suo Figlio unigenito nel mondo per realizzare con le parole e le opere la restaurazione della pace con Dio e tra le creature fino al sacrificio della Croce con cui ha vinto le potenze del male comunicando ai suoi discepoli la stessa vittoria. Tuttavia, come sappiamo, questo dono della redenzione è offerto alla libertà dell'uomo che rimane esposto alla tentazione del male che ha ancora il potere di turbare la pace portata da Cristo. Per questo la storia ci insegna che mai nel mondo si è stabilita una pace universale e duratura, anche tra i cristiani. Possiamo così dire, che, come non si nasce cristiani, così non si nasce uomini di pace, ma lo si può diventare attraverso l'adesione a Cristo che comporta la lotta al male e la conversione al bene secondo l'invito con cui Gesù ha iniziato l'annuncio della Buona Novella "*Convertitevi e credete al Vangelo*" (Mc 1,15). La Chiesa, a cui è stata affidata la missione dell'annuncio del Vangelo e la testimonianza della carità, non ha mai mancato, specialmente negli ultimi tempi di richiamare tutti gli uomini al dovere di costruire anche sulla terra quella pace voluta dal Creatore, che "non è la semplice assenza della guerra e non può ridursi all'equilibrio delle forze contrastanti" perché "la pace non si può ottenere sulla terra senza la tutela dei beni delle persone, la libera comunicazione tra gli esseri umani, il rispetto della dignità delle persone e dei popoli e l'assidua pratica della fratellanza. E' la *tranquillità dell'ordine*. E' frutto della giustizia ed effetto della carità" (*Catechismo della Chiesa cattolica*, 2304). Nella magistrale lettera enciclica *Pacem in terris*, S. Giovanni XXIII ha richiamato tutti gli uomini di buona volontà a realizzare in terra la pace come "anelito profondo degli esseri umani di tutti i tempi" in quanto corrispondente all'ordine stabilito da Dio (n. 1). Ma, nello stesso tempo sottolineava in quel lontano 1963 lo "stridente contrasto" costituito dal "disordine che regna tra gli esseri umani e tra i popoli; quasicché i loro rapporti non possano essere regolati che per mezzo della forza" (n. 3). Del resto il Concilio Vaticano II ha autorevolmente affermato che "la pace non è stata mai qualcosa di stabilmente raggiunto, ma è un edificio da costruirsi

continuamente". Non solo, ma "poiché la volontà umana è labile e ferita dal peccato, l'acquisto della pace esige il costante dominio delle passioni di ognuno e la vigilanza della legittima autorità" (*Gaudium et Spes*, 78). Ed esortava ad una "rinnovata educazione degli animi e di un nuovo orientamento dell'opinione pubblica" appellandosi particolarmente a "coloro che si dedicano alla attività educatrice, specie della gioventù e coloro che contribuiscono alla formazione della pubblica opinione" perché "considerino loro dovere gravissimo di inculcare negli animi di tutti sentimenti nuovi, ispiratori di pace" (*ibid.* 82).

## **Necessita' Della Educazione Alla Pace**

Com'è noto, Papa Francesco in un messaggio del 12 settembre 2019 ha lanciato la proposta di un *Patto educativo globale*, come strumento per affrontare insieme le sfide che interpellano gli uomini del nostro tempo e le istituzioni che li governano. Richiamandosi alla sua enciclica *Laudato si*, il Papa affermava che, per operare un vero cambiamento delle attuali situazioni critiche che minacciano l'umanità (tra cui le situazioni di disuguaglianza crescente che minacciano la pacifica convivenza tra i popoli), c'è bisogno "di un cammino educativo per far maturare una nuova solidarietà universale e una società più accogliente". Lo stesso concetto ribadiva nel videomessaggio in occasione dell'incontro organizzato dalla Congregazione per l'educazione cattolica presso la Pontificia Università Lateranense il 15 ottobre 2020, quando affermava la necessità di creare un nuovo modello culturale basato su uno sviluppo che "rispetti e tuteli la dignità della persona umana...curando la nostra casa comune e proteggendo la pace". Con grande intuizione aggiungeva che per fare ciò "non bastano le ricette semplicistiche né i vani ottimismo. Conosciamo il potere trasformante dell'educazione: educare è scommettere e dare al presente la speranza che rompe i determinismi con cui l'egoismo del forte, il conformismo del debole e l'ideologia dell'utopista vogliono imporsi tante volte come unica strada possibile." Ed ancora: "L'educazione si propone come il naturale antidoto alla cultura individualistica, che a volte degenera in vero e proprio culto dell'io e nel primato dell'indifferenza". Di conseguenza, "c'è bisogno di una rinnovata stagione di impegno educativo, che coinvolga tutte le componenti della società". Si tratta, dunque, da parte di tutti gli educatori (ad iniziare ovviamente dai genitori) di prendere coscienza della realtà a cominciare dal tener conto degli ostacoli che si frappongono per creare nei giovani la cultura della pace, ostacoli che provengono sia dall'interno del cuore umano sia dall'esterno di una società ingiusta.

## **Ostacoli Interni**

Le scienze psicologiche moderne illustrano bene quale sia il processo dello sviluppo del bambino, segnato da tappe di crescita, ma anche da ostacoli che possono rallentare il progresso o addirittura bloccarlo. Dalla difficoltà a formarsi una propria identità autonoma fino al rischio di costruire un io grandioso attorno al quale volere far girare il mondo sprofondando in un narcisismo che impedisce lo stabilirsi di relazioni sociali mutue e ugualitarie. Se ciò avviene, come sovente capita, già nell'ambiente familiare, è difficile che entrando nell'ambito più largo della vita sociale tale soggetto possa diventare strumento di convivenza pacifica. E' solo un esempio della complessità dello sviluppo umano che può incontrare ostacoli diversi a seconda delle circostanze

più o meno favorevoli in cui cresce. A dimostrazione di questa difficoltà intrinseca alla natura umana a raggiungere la sua maturità basti citare i risultati raccolti dalla ricerca di Autori nel campo dello sviluppo umano riguardanti lo sviluppo morale, cioè il sistema di valori che prende come criteri per le sue decisioni. Mi limito qui a citare uno dei più importanti teorici e ricercatori nel campo dello sviluppo morale: si tratta di Lawrence Kohlberg, il quale ha formulato la sua teoria degli stadi di sviluppo morale e poi ha condotto un'ampia ricerca sulla popolazione (nel caso specifico soprattutto in USA) per verificarne l'attendibilità ed il riscontro statistico. In breve egli distingue tre principali stadi (a loro volta suddivisi in due subordinati) su cui collocare la qualità dello sviluppo morale (cioè del modo con cui le persone ragionano nel prendere le loro decisioni): 1. Livello preconvenzionale che comprende coloro che prendono le loro decisioni esclusivamente con il criterio del loro interesse individuale e vedono nelle norme sociali qualcosa di esterno imposto da altri; 2. Livello convenzionale: si collocano le persone che adottano le norme e le aspettative della società come proprie e ne fanno un assoluto a cui ubbidire con lealtà indipendentemente dal criterio di bene/male oggettivo; 3. Livello postconvenzionale è quello a cui appartengono quei soggetti che assumono come criterio delle loro scelte in base a dei principi di coscienza personale indipendentemente dal proprio interesse individuale o dalla convenzioni sociali che pure accettano, ma non come criterio assoluto (cfr. L. Kohlberg, *Stages of Moral Development as a Basis for Moral Education*, in *Moral Education: Interdisciplinary Approaches*, New York, Newman Press). A conclusione poi della sua ricerca su campioni rappresentativi della popolazione è giunto alla seguente convinzione supportata dai risultati statistici fondati sulle sue definizioni di stadi di sviluppo morale: il livello morale preconvenzionale ( quello del criterio utilitaristico individuale) è il livello della maggior parte dei bambini sotto i 10 anni, di alcuni adolescenti e molti delinquenti adolescenti e adulti; il livello convenzionale (quello del conformismo sociale) è il livello in cui si collocano la maggior parte degli adolescenti e adulti della società USA e di altre società; il livello postconvenzionale (quello dei valori oggettivi ed universali) è raggiunto da una minoranza di adulti solo dopo l'età di 20-25 anni. Come si vede da questi dati, a dispetto dell'età cronologica e delle apparenti capacità intellettuali e dei progressi scientifici, molti sono gli ostacoli dal punto di vista psicologico per maturare una coscienza morale adulta nel senso di agire in base ai criteri del livello postconvenzionale, mentre forti sono le spinte (anche non consapevoli) ad agire in modo utilitaristico o conformistico anche nella popolazione adulta!

### Ostacoli Esterni

Altri ostacoli provengono dall'esterno dei soggetti, cioè dall'ambiente in cui vivono e possono a loro volta condizionare la maturità morale delle persone e, di conseguenza, la pace nel mondo. Mi limito qui a citare l'analisi che Papa Francesco fa della situazione del mondo attuale nelle sua enciclica *Evangelii Gaudium* quando accenna ad "alcune sfide del mondo attuale" (nn. 52 ss). Dopo aver accennato che "l'umanità vive in questo momento una svolta storica" egli afferma che "non possiamo dimenticare che la maggior parte degli uomini e delle donne del nostro tempo vivono una quotidiana precarietà, con conseguenze funeste" (n.52). Passa poi ad elencare le principali cause di questa situazione di precarietà che minaccia la pacifica convivenza tra i popoli. A cominciare da quella che chiama "un'economia dell'esclusione e dell'inequità" che fa sì che "grandi masse di popolazione si vedono escluse ed emarginate: senza lavoro, senza prospettive,

senza vie d'uscita" e l'essere umano viene considerato "un bene di consumo" (n. 53). A sua volta questa economia è frutto della "idolatria del denaro": si è accettato pacificamente il predominio del denaro su di noi e sulle nostre società. Si tratta di una "crisi antropologica" che ha sostituito l'adorazione dell'antico vitello d'oro con "il feticismo del denaro" e "la dittatura di una economia senza volto e senza uno scopo veramente umano" (n. 55). Dietro a questo atteggiamento, secondo Papa Francesco, "si nascondono il rifiuto dell'etica e il rifiuto di Dio" in quanto relativizzerebbero la forza assoluta del denaro e del potere economico dei più forti. Un'etica, fondata su un progetto divino, al contrario, "consente di creare un equilibrio e un ordine sociale più umano" (n.57) in cui "il denaro deve servire e non governare" (n.58). Il Papa collega poi tale situazione di inequità con l'insorgere della violenza in quanto "fin quando non si eliminano l'esclusione e l'inequità nella società e tra i diversi popoli sarà impossibile sradicare la violenza" (n.59). Una violenza che, secondo il Papa, "la corsa agli armamenti non risolve né risolverà mai" in quanto "le armi e la repressione violenta, invece di apportare soluzioni, creano nuovi e peggiori conflitti" (n. 60). Papa Francesco accenna poi ad alcune sfide culturali dei nostri tempi e che vanno affrontate se si vuole costruire una società più giusta e pacifica. Infatti, non mancano gli attacchi diretti alla libertà religiosa, ma sovente si tratta piuttosto di una "diffusa indifferenza relativistica" con la conseguenza che diventa difficile che "i cittadini desiderino partecipare ad un progetto comune che vada oltre gli interessi e i desideri personali" (n. 61). Lo stesso processo di globalizzazione, favorito dall'enorme sviluppo della comunicazione, "ha comportato un accelerato deterioramento delle radici culturali con l'invasione di tendenze appartenenti ad altre culture, economicamente sviluppate, ma eticamente indebolite" (n. 62). Così pure sono una minaccia alla pacifica convivenza "la proliferazione di nuovi movimenti religiosi, alcuni tendenti al fondamentalismo ed altri che sembrano proporre una spiritualità senza Dio" (n. 63). La Chiesa stessa è minacciata da un secolarismo che "tende a ridurre la fede e la Chiesa all'ambito privato ed intimo" con conseguente relativismo morale che nega valore oggettivo alle norme etiche (n. 64). Il Papa non manca di sottolineare la crisi che attraversa la famiglia con l'indebolimento dei legami affettivi e sociali ed "il matrimonio tende ad essere visto come una mera forma di gratificazione affettiva che può costituirsi in qualsiasi modo e modificarsi secondo la sensibilità di ognuno" (n. 66). Infine, il Papa accenna al grave fenomeno della crescente inurbanizzazione di grande masse con il problema della creazione di una nuova cultura che mette a dura prova i nuovi cittadini ponendo in crisi le loro radici culturali e religiose (n. 73). Al termine della sua analisi Papa Francesco fa un'affermazione che rende il vero significato alle sue parole e che dobbiamo sempre anche noi tenere presenti: "Le sfide esistono per essere superate. Siamo realisti, ma senza perdere l'allegria, l'audacia e la dedizione piena di speranza! Non lasciamoci rubare la forza missionaria" (n. 109).

### **Come Educare?**

Com'è noto, educare non significa trasmettere qualcosa dall'esterno del soggetto, ma accompagnarlo a "trarre fuori" (*e-ducere*) da sé tutto ciò che a livello cognitivo, affettivo e morale gli è necessario per raggiungere quella maturità che gli permette di darsi un sistema di vita adeguato a livello personale e sociale così da poter liberamente collaborare a costruire un ambiente in cui regnino la giustizia, la solidarietà e la pace. Le scienze psicologiche e pedagogiche aiutano certamente a chiarire i modi adeguati per una sana e rispettosa educazione basata appunto su

una relazione attenta a promuovere quella maturazione dall'interno della persona rispettandone i tempi e modi corrispondenti alla situazione individuale. La stessa teoria psicoanalitica è giunta a considerare come motore del processo di sviluppo umano le relazioni interpersonali che, a cominciare dall'inizio della vita umana, ogni soggetto stabilisce in positivo e negativo (cfr. Otto Kernberg, *Teoria della relazione oggettuale e clinica psicoanalitica*, Boringhieri, Torino, 1980). Ciò sta ad indicare l'importanza determinante che l'azione pedagogica costituisce nella educazione in generale e nell'educazione alla pace in particolare. Due sono gli elementi da tenere in considerazione: il sistema dei valori che permettono la costruzione della pace nella società umana (per così dire il contenuto del processo educativo) e l'approccio che l'educatore stabilisce con il soggetto che accompagna in questo processo di crescita (il metodo o stile educativo). Potremmo in modo figurativo rappresentare questo quadro di riferimento come una meta (i valori) e la strada per raggiungerla (lo stile), entrambi necessari e connessi.

## I Valori

Per quanto riguarda i contenuti, cioè i valori implicati nel concetto di pace, mi limito qui a fare riferimento a quanto scriveva S. Giovanni XXIII nella *Pacem in terris* riferendosi alla dignità di ogni persona umana con i suoi diritti e doveri. E concludeva che la convivenza fra gli esseri umani è corrispondente alla loro dignità quando si fonda sulla verità, sulla giustizia, sull'amore e sulla libertà (n. 18). Papa Francesco, nel suo messaggio per la celebrazione della LIV Giornata mondiale della Pace riassume tutti questi valori in una espressione tanto sintetica quanto efficace: per ottenere la pace è necessaria la *cultura della cura*. Egli, rifacendosi al modello di Dio Creatore e all'esempio di Gesù, indica nella storia della Chiesa fin dalle sue origini e nella dottrina sociale le basi della cultura della cura come antidoto alla cultura dell'indifferenza, dello scarto e dello scontro. E riassume tutto ciò in alcuni concetti fondamentali che costituiscono la "grammatica" della cura: la cura come promozione della dignità e dei diritti di ogni persona in quanto "ogni persona è un fine in se stessa, mai semplicemente uno strumento da apprezzare solo per la sua utilità"; la cura del bene comune, ossia " dell'insieme di quelle condizione della vita sociale che permettono sia alla collettività sia ai singoli membri, di raggiungere la propria perfezione più pienamente e più celermente"; la cura mediante la solidarietà che "ci aiuta a vedere l'altro – sia come persona sia, in senso lato, come popolo o nazione – non come un dato statistico, o un mezzo da sfruttare e poi scartare quando non più utile, ma come nostro prossimo, compagno di strada, chiamato a partecipare, alla pari di noi, al banchetto della vita a cui tutti sono ugualmente invitati da Dio"; la cura e la salvaguardia del creato: Pace, giustizia e salvaguardia del creato sono tre questioni del tutto connesse, che non si possono separare in modo da essere trattate singolarmente, a pena di ricadere nuovamente nel riduzionismo". Come si vede da questo messaggio il Papa si riferisce indirettamente sia alla *Laudato si* sia soprattutto all'enciclica *Fratelli tutti*, che diventano così il punto di riferimento dei contenuti di ogni azione educativa alla pace. E qui non posso sorvolare su un aspetto che ritengo determinante nella costruzione di quella fraternità universale che è condizione per una vera e duratura pace. Mi riferisco a quanto Papa Francesco afferma nel capitolo ottavo di *Fratelli tutti*, quando parla dell'apporto delle religioni al servizio della fraternità nel mondo. Pur essendo l'enciclica rivolta a tutti gli uomini, proprio nell'ultimo capitolo Papa Francesco non può tacere il plus-valore che apporta alla costruzione di una fraternità tra tutti gli

uomini la dimensione religiosa, cioè la fede in un Dio trascendente, come Padre di tutta l'umanità. E lo fa citando i due suoi Predecessori: Papa Benedetto XVI quando affermava che "la ragione da sola è in grado di cogliere l'uguaglianza tra gli uomini e di stabilire una convivenza civica tra loro, ma non riesce a fondare la fraternità" (*Caritas in Veritate*); e S. Giovanni Paolo II quando affermava che "se non esiste una verità trascendente, obbedendo alla quale l'uomo acquista la sua piena identità, allora non esiste nessun principio sicuro che garantisca giusti rapporti tra gli uomini" (*Centesimus Annus*). E di suo Papa Francesco aggiunge che "non è accettabile che nel dibattito pubblico abbiano voce soltanto i potenti e gli scienziati. Dev'essererci spazio per una riflessione che procede da uno sfondo religioso che raccoglie secoli di esperienza e di sapienza" (n. 275). Ne consegue la piena legittimità (anzi l'opportunità) nell'educazione alla pace dell'apporto della religione ed in particolare della Chiesa secondo la storica migliore tradizione della sua dottrina sociale e delle opere di misericordia che hanno fatto progredire l'umanità intera.

### Lo Stile Educativo

Non meno importante, anzi, è lo stile educativo che si assume nell'accompagnamento pedagogico alla pace. Va subito ricordato che, come evidenziato più sopra, non si tratta di imporre dall'esterno il valore della pace (con i suoi connessi), in quanto (a parte l'inefficacia del processo), va ricordato che già nell'animo umano il desiderio della pace è innato, anche se inquinato dagli ostacoli interni ed esterno accennati più sopra. Educare significa accompagnare il soggetto a riconoscere questo valore, ma anche gli ostacoli che lo insidiano. E qui si gioca la capacità dell'educatore che a sua volta è esposto a rischi di fallire il suo compito, anche al di là delle sue buone intenzioni. Se gli ostacoli esterni possono essere più comuni e più facilmente riconoscibili, il discorso è diverso per quanto riguarda gli ostacoli interni che sono essenzialmente soggettivi e di più difficile riconoscimento, anche perché, come la psicologia moderna afferma, sovente sono anche non coscienti allo stesso soggetto. Mi avvalgo qui dell'apporto di un Autore particolarmente studioso dello sviluppo umano in tutte le sue dimensioni: P. Franco Imoda che ha scritto un interessante e ricco volume: *Sviluppo umano. Psicologia e Mistero* (Edizioni Piemme, Casale M. 1993). Come si deduce dal titolo stesso del libro, pur avvalendosi dell'apporto scientifico della psicologia, l'Autore è ben lungi dall'assolutizzare tale strumento come mezzo di conoscenza della persona, che rimane sempre un mistero a cui accostarsi con discrezione e umiltà. Egli afferma che " se il mistero dell'uomo è veramente tale, esso non potrà essere affrontato, in particolare per quanto riguarda un intervento pedagogico, esclusivamente sul piano di un discorso universalizzante, sia esso filosofico, teologico, scientifico. Se l'uomo è mistero, avvicinarsi ad esso comporta, oltre ad un atteggiamento di meraviglia e di conoscenza, anche un atteggiamento di rispetto della libertà e delle scelte operate dalla persona e, in particolare, la considerazione dell'area affettiva" (p. 40). Da qui segue la necessità che lo stesso educatore sia disposto ad applicare a se stesso quanto vuole dare all'altro: "L'opera educativa è qualcosa a cui ciascuno è chiamato non solo nei confronti degli altri, come di compagni dello stesso cammino, ma anche nei confronti di se stessi" (p. 41). Questa attenzione all'educatore è tanto più importante se si considerano i rischi reali a cui è esposto nello stile da intraprendere nell'accompagnamento del soggetto di cui si prende cura. Infatti, lo stesso P. Imoda riconosce almeno tre stili diversi che vengono assunti (anche inconsapevolmente) e che condizionano fortemente il processo educativo.

Egli descrive un primo stile come quello che chiama *pedagogia soggettiva*, intendendo un modo di intervento da parte dell'educatore che si limita ad offrire risposta alle domande del soggetto incoraggiandolo sulle scelte da lui compiute: "in questo caso, la risposta accetta la formulazione della domanda e vi si adatta, facendo coincidere il più possibile l'offerta alla domanda, un po' come quando si cerca di far corrispondere il prodotto ai desideri del consumatore". Il presupposto di tale stile educativo, che si può definire anche di supporto o sostegno, è la fiducia ottimistica che il bisogno espresso dal soggetto sia adeguato alla sua auto-realizzazione, per cui aiutarlo a trovare la soddisfazione coincida con il bene e la maturazione della persona: "Aiutare la persona fornendo la soddisfazione cercata corrisponde – in questo schema – ad una pedagogia di tipo *espressivo*, che crede, almeno per quanto l'intervento concreto, nell'importanza e nel valore di tale soddisfazione del bisogno per lo sviluppo del soggetto" (p. 123). Un altro stile educativo è chiamato *pedagogia oggettiva*, che si pone all'opposto del precedente e consiste nel considerare la domanda del soggetto solamente in riferimento all'ideale da raggiungere: "Avendo stabilito il punto di arrivo, l'ideale a cui tendere, e anche la risposta, vengono poi identificati e formulati la domanda e il problema che il soggetto *deve* porsi per giungere a quell'ideale". Come si vede, in questo stile prevale l'oggettività dei valori da realizzare, mentre il soggetto deve semplicemente adattarsi ad essi lasciando da parte tutto ciò che in lui vi si oppone: "E' unicamente in relazione alla risposta che la domanda può porsi; la domanda ha senso ed è legittima solo alla luce ed in riferimento alla risposta da dare" (p. 124). E' evidente che questo stile di tipo moralistico porta facilmente il soggetto a reprimere tutto ciò che in sé fa difficoltà o si oppone ai valori proclamati in quanto il suo educatore lo inviterà a non tenerne conto in quanto non consistenti con la meta da raggiungere: si tratta di una pedagogia che privilegia l'osservanza di norme oggettive a cui il soggetto deve ubbidire adattando se stesso sulla via indicata dall'educatore. Infine, si descrive una pedagogia come *interpretazione* basata su un rapporto del soggetto con l'educatore in cui né le domande sono semplicemente soddisfatte né sono trascurate, ma appunto interpretate nei vari possibili significati per dare risposte adeguate sia alle necessità del soggetto sia al raggiungimento dei valori proclamati: "La pedagogia così intesa non è solo la risposta ad una domanda, ma è l'ermeneutica di una, anzi di ogni domanda. E' il tipo di intervento che riconosce la complessità dei livelli a cui domande e risposte si pongono all'interno della tensione propria della mente e del cuore umano". In questo modo il soggetto si sente accettato come persona singolare con le proprie esclusive caratteristiche (positive e negative) senza però ottenere immediata soddisfazione alle sue richieste (pedagogia soggettiva), ma neppure senza sentirsi richiesto di trascurare le difficoltà ed i problemi che avverte nel perseguimento dei suoi valori in nome di norme oggettive, pur valide, ma insufficienti a far maturare le persone (pedagogia oggettiva). In una interazione di fiducia con il suo educatore, il soggetto può così aprirsi ad una migliore conoscenza di sé attraverso un discernimento del proprio mondo interiore, sovente complesso, mediante l'aiuto di una persona competente e degna di fiducia. P. Imoda conclude questa esposizione affermando: "La pedagogia non è allora risposta immediata ad una domanda immediata, ma si offre come l'intervento che, attraverso l'interpretazione di una varietà di domande, non solo non ignora quella più immediata, ma evoca e fa sorgere domande che più adeguatamente corrispondono alla realtà antropologica della persona" (p. 125). Come risulta da questi pochi riferimenti, educare è un'arte difficile ovunque si eserciti (famiglia, scuola, associazioni, ecc.), anche se quanto mai necessaria. Ad essa bisogna dedicare la massima cura: non basta il buon senso, ma bisogna utilizzare tutti gli strumenti per una formazione degli educatori specialmente a livello scolastico di ogni grado. Tanto

più quando si tratta di educare alla pace che è un valore che presuppone tanti altri valori, come si è cercato di illustrare più sopra. Ed insieme agli strumenti di formazione è necessaria un'alleanza tra le diverse persone ed istituzioni che si prendono cura dell'educazione dei giovani.

## Patto Educativo Globale

Concludo questo mio intervento in questa fausta celebrazione del 80° anniversario di fondazione di codesta Pontificia Università Cattolica di Campinas, richiamandomi ancora all'iniziativa promossa da Papa Francesco con il Patto educativo globale con cui appunto ha voluto richiamare tutto il mondo sull'importanza dell'educazione come strumento di cambiamento e progresso che favorisca la convivenza pacifica tra i popoli. Rientra certamente in questo patto il tema della pace in quanto richiamare tutti i soggetti impegnati nell'educazione ad un'alleanza in cui far convergere forze e strumenti tra loro diversi significa già operare una ricostruzione di fraternità in contrapposizione alla rottura della solidarietà tra i popoli. Papa Francesco nel suo Messaggio di lancio del patto educativo si serve dell'immagine del "villaggio dell'educazione" dove "nella diversità si condivide l'impegno di generare una rete di relazioni umane e aperte". E aggiungeva che "il terreno va anzitutto bonificato dalle discriminazioni con l'immissione di fraternità". In questo villaggio si può trovare "la convergenza globale per un'educazione che sappia farsi portatrice di un'alleanza tra tutte le componenti della persona: tra lo studio e la vita; tra le generazioni; tra i docenti, gli studenti, le famiglie e la società civile con le sue espressioni intellettuali, scientifiche, artistiche, sportive, politiche, imprenditoriali e solidali...Un'alleanza generatrice di pace, giustizia e accoglienza tra tutti i popoli della famiglia umana nonché di dialogo tra le religioni". La Congregazione per l'Educazione Cattolica a cui il Papa ha affidato l'organizzazione dell'iniziativa, pur in mezzo alle difficoltà derivanti dall'emergenza della pandemia del Covid-19, sta portando avanti un programma che si è dilatato nel tempo permettendo così anche maggior diffusione ed elaborazione dei contenuti. E' stato così preparato un *Instrumentum laboris* come mezzo a disposizione di tutti coloro che vogliono aderire all'iniziativa il cui evento finale è ancora da stabilire in base agli sviluppi dell'emergenza sanitaria. Non posso gli neppure sintetizzarne il contenuto. Mi limito a richiamare un punto che interessa particolarmente le finalità di una Università Cattolica. Riprendendo le parole di Papa Francesco, nel capitolo sulla missione, *l'Instrumentum laboris* dedica un richiamo alla necessità che si offrano all'educazione le migliori energie dell'oggi: "Ad avviso di Papa Francesco, il secondo passo verso un nuovo patto formativo consiste nell'aver la forza, come comunità (ecclesiale, sociale, associativa, politica), di offrire all'educazione le migliori energie che si hanno a disposizione". Oggi, ricorda il documento, le migliori forze più creative e propositive sono poste a servizio della produzione e del mercato, al contrario "occorre il coraggio di una vera e radicale inversione di rotta: l'investimento, data la situazione presentata, è richiesto con la massima urgenza, perché è solo attraverso l'educazione che si può, realisticamente, sperare in un positivo cambiamento su una progettualità di lunga durata. Ciò che sarà deve avere il meglio di ciò che c'è. Chi sarà ha diritto al meglio di chi oggi è". Come non vedere in queste parole un riferimento alle finalità di una Università Cattolica? Fin dalla sua Carta costitutiva, la Costituzione apostolica *Ex Corde Ecclesiae*, alle Università Cattoliche è affidato il compito di formare uomini e donne capaci di "unificare esistenzialmente nel lavoro intellettuale due ordini di realtà che troppo spesso si tende ad opporre come se fossero antitetiche:

la ricerca della verità e la certezza di conoscere già la fonte della verità” (n. 1). Così facendo le Università Cattoliche sono in grado di porsi a servizio non solo della Chiesa per approfondire la conoscenza della Verità, ma anche della società intera ponendosi in dialogo interculturale ed interreligioso: “Le sue attività di ricerca includeranno lo studio dei gravi problemi contemporanei, quali la dignità della vita umana, la promozione della giustizia per tutti, la qualità della vita personale e familiare, la protezione della natura, la ricerca della pace e della stabilità politica, la condivisione più equa delle risorse del mondo e un nuovo ordinamento economico e politico, che serva meglio la comunità umana a livello nazionale e internazionale” (n. 31). Come si vede, a distanza di più di trenta anni c’è evidente continuità del Magistero pontificio, pur nella diversità dei tempi e dei Pontefici! Il mio invito ed augurio finale è che, secondo la sua gloriosa tradizione, codesta Pontificia Università sappia inserirsi nell’iniziativa voluta da Papa Francesco con il Patto educativo globale, così da rinforzare ed aggiornare quanto già sta facendo per la formazione di generazioni di giovani capaci di inserirsi nelle loro società per favorirne il vero progresso nella giustizia e nella pace.